

A maçonaria gaúcha e a defesa do ensino laico no período da república velha

Eliane Lucia Colussi¹

Resumo

O presente artigo discute a influência da maçonaria na história das idéias políticas no Rio Grande do Sul durante o período da República Velha (1889-1930). O estudo toma como ponto de partida a atuação maçônica no campo educacional, onde tal influência se constituiu num fator importante para a construção de pressupostos laicos e seculares no desenvolvimento das políticas e instituições de ensino. Esses pressupostos se confrontaram diretamente em razão da crescente influência católica, principalmente no período em questão.

Palavras-chave: maçonaria gaúcha, catolicismo, educação.

Abstract

The present is a discussion about the influence of the masonry in the history of the political ideas in Rio Grande do Sul during de Old Republic (1889-1930). The study starts with the masonic action in the educational field, where is influence was an important factor to the construction of the laical and secular presuppositions in the development of the policies and teaching institutions. Those presuppositions were directly confronted because of the increasing catholic influence, mainly in that period.

Key-Words: masonry, catholicism, education

¹ Professora do curso de História da Universidade de Passo Fundo. Doutora em História do Brasil.
E-mail cph@upf.tche.br

1 - Introdução

No período da República Velha gaúcha, a maçonaria se constituiu numa das instituições que se mobilizou em defesa das idéias e do pensamento laico no Rio Grande do Sul. Essa defesa norteou a atuação maçônica em diversos espaços da sociedade gaúcha, sendo o anticlericalismo sua principal bandeira de luta. O posicionamento maçônico abertamente anticlerical não era novidade para a instituição nem, tampouco, foi privilégio dos maçons gaúchos. Nos séculos XVIII e XIX, houvera um confronto e uma disputa explícita entre maçonaria e Igreja Católica em vários países do mundo, bem como no Brasil².

Como em outras partes do mundo, o campo da educação foi palco privilegiado do confronto das duas instituições. Nesse sentido, no Brasil do século XIX, tal conflito tomou maior proporção a partir da questão religiosa, entre 1872 e 1875. Na origem dessa situação, esteve a contradição de ser o país oficialmente católico e, por outro lado, de ter se gerado uma classe dirigente – políticos e intelectuais - e um Estado cada vez mais secularizado³. Entre esses políticos e intelectuais se encontravam os maçons que, de forma mais explícita, pressionavam o Império brasileiro no sentido da laicização do Estado e da sociedade.

Ao lado da atuação nos meios culturais disponíveis no período e nas ações beneficentes, o campo educacional foi uma das preocupações da maçonaria e que se tornou um instrumento da sua luta anticlerical. Durante a segunda metade do século XIX, a questão da educação e do ensino foi amplamente discutida pelos maçons brasileiros e gaúchos. Frente aos problemas relativos à fragilidade e ausência de um modelo educacional, além do pouco acesso ao ensino pela maioria da sociedade, a maçonaria procurou projetar soluções práticas, buscando reverter e transformar essa realidade.

A tarefa de identificar a real motivação da maçonaria no sentido de concretizar uma influência positiva no âmbito educacional se constitui numa tarefa difícil. Certamente, o que impulsionava os maçons não era o simples anticlericalismo. De qualquer forma, poderíamos afirmar que, entre seus objetivos, encontrava-se a visão da necessidade de se construir um modelo educacional moderno e direcionado para o ideal do progresso humano e material do Brasil. As concepções maçônicas em torno da defesa

² Sobre a história da maçonaria, ver COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, principalmente a primeira parte.

³ BARROS, Roque Spencer Maciel de. Vida religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985. v. 6. p. 320-321.

do ensino laico baseavam-se nos principais pilares do ideário liberal e cientificista em voga, por isso, quando se tratava de educação e ensino, as expressões mais utilizadas pelos maçons eram racionalismo, ciência e progresso. Em outras palavras, buscava-se uma identificação do modelo educacional com o “espírito das luzes, libertadora da consciência dos homens e fiéis escudeiras no combate às trevas representadas pelo fanatismo da Igreja Católica”⁴.

O descaso do Estado com a educação, principalmente no período imperial, deixara o ensino primário, secundário e profissional num abandono quase completo, quadro que iria ser alterado lentamente no período republicano. Aos aspectos negativos da realidade educacional brasileira do período, os maçons acrescentavam outros problemas, como a crescente influência da Igreja Católica no âmbito da educação, principalmente a partir da década de 1870, com o retorno dos jesuítas ao Brasil. Foi, portanto, nesse período que se observaram as primeiras iniciativas mais concretas nesse campo, as quais desembocariam, na virada do século, na política maçônica de criação de escolas próprias.

Ainda no século XIX, outras iniciativas foram sendo desenvolvidas no Rio Grande do Sul visando à ocupação de espaços e influências no campo educacional. Nesse sentido, em 1867 já se observa a atuação de parlamentares maçons na Assembléia Provincial. A Comissão de Instrução Pública da Assembléia, composta de três membros, Francisco de Paula Soares, Florêncio de Abreu e Francisco Nunes Miranda (os dois primeiros confirmados como maçons), apresentou um projeto, aprovado posteriormente pela Assembléia, que se fundamentava na “independência entre a Instrução Pública e a Igreja Católica e seu clero, era tolerante em matéria religiosa e dava inteira liberdade ao ensino público”⁵.

Da mesma forma que no restante do Brasil, o problema mais grave do ensino no Rio Grande do Sul era a falta de professores capacitados e habilitados para o exercício do magistério. Os baixos salários, a inexistência de cursos preparatórios para a profissão, o desconhecimento sobre métodos de ensino, a pouca disponibilidade de meios culturais, como bibliotecas, não incentivavam a opção pela carreira do magistério⁶.

⁴ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação dos pedreiros-livres brasileiros (1870-1910)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1992. (Dissertação de Mestrado). p. 165.

⁵ SCHNEIDER, Regina Portella. *A instrução pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs/EST Edições, 1993. p. 233.

⁶ A primeira escola para formação de professores somente foi concretizada em 1869 com a criação da Escola Normal em Porto Alegre. Sobre a história da educação no Rio Grande do Sul no período imperial, ver principalmente: DILL, Aidê Campello. O ensino no Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). *Rio Grande do Sul: aspectos da cultura*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1994. p. 107-130; GIOLO, Jaime. *Lança & grafite: a instrução no RS da primeira escola ao final do Império*. Passo Fundo: Gráfica e

Para a maçonaria, os professores seriam fundamentais para a transformação do quadro cultural e intelectual do Rio Grande do Sul. Os pedreiros-livres dedicaram interesse particular a esses profissionais. Assim, o ingresso de professores na maçonaria, especialmente os que atuavam na instrução pública, passou a ser visto como um dos meios mais eficientes para que a ordem tivesse acesso e influenciasse na formação laica dos setores populares. A rigor, esses profissionais não tinham condições financeiras para arcar com os compromissos financeiros exigidos periodicamente pela instituição⁷.

Nesse sentido, um exemplo de ação maçônica foi a iniciativa ocorrida em Porto Alegre, através da loja Zur Eintracht, aprovando uma resolução, na sessão de 14 de junho de 1876, que previa que professores poderiam ser aceitos e iniciados independentemente do pagamento de jóia e mensalidades; essa disposição não se estenderia aos professores que, notoriamente, detinham os meios necessários para realizarem as contribuições pecuniárias⁸.

A maçonaria procurou instrumentalizar os professores como meio de propaganda e formação de uma sociedade laicizada. Nas décadas posteriores, esse objetivo se manteria, tanto que em sessão do Grande Oriente do Rio Grande do Sul de 22 de setembro de 1899, foi aprovado que “anualmente se dará uma gratificação especial ao professor, público ou particular, que provar subordinar o seu método de ensino as teorias de liberdade de consciência e livre exame”⁹.

Apesar de iniciativas desse tipo, não se verificou, e nem se poderia imaginar que assim fosse, uma influência decisiva da maçonaria na alteração do quadro educacional gaúcho. Na verdade, a sua atuação teve como efeito positivo a pressão e divulgação permanente do problema da falta de escolas, da ausência e precária formação de professores, da insensibilidade do governo em relação à instrução pública e ao problema do analfabetismo. Tal pressão se efetivava por meio de porta-vozes maçons na imprensa, no Parlamento, nos clubes literários, etc.

A iniciativa mais bem concebida pela instituição no sentido de criar alternativas para a solução dos problemas educacionais no Brasil e no Rio Grande do Sul foi a que surgiu no período da República Velha, mais precisamente nas primeiras décadas do século XX. As escolas maçônicas

Editora da UPF, 1994; SCHNEIDER, Regina Portella. *A instrução pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)*. Op. cit.

⁷ Os integrantes da maçonaria gaúcha e brasileira no século XIX e primeiras décadas do século XX podem ser considerados como integrantes da elite política, econômica e intelectual.

⁸ Uma resolução importante. *A Acácia - folha maçônica*. 1876, ano 1, n. 24. p. 3.

⁹ *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. 1899, ano 8, n. 6. p. 10.

cumpririam, a partir desse momento, duas finalidades principais: primeiro, contribuir para a difusão da educação nos segmentos populares, e segundo, combater frontalmente a crescente influência católica na educação.

2 - As escolas maçônicas

A primeira iniciativa maçônica na criação de escolas próprias ocorreu antes mesmo do período republicano, tendo se concretizado na cidade de São Leopoldo, centro pioneiro na atuação educacional jesuítica no Rio Grande do Sul. A loja Estrela do Oriente III apresentou, em 13 de dezembro de 1876, uma proposta à Grande Loja Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul¹⁰ de fundação de uma instituição de ensino direcionada para cursos primários e secundários a fim de propiciar a instrução à mocidade de ambos os sexos.

Essa escola, denominada Sociedade Propagadora da Educação Popular, foi aprovada em junho de 1879, tendo funcionado até pelo menos o ano de 1883¹¹: O objetivo da maçonaria da cidade de São Leopoldo com essa iniciativa era bastante evidente: "Com a criação deste Instituto, a loja maçônica quis fazer frente ao *colégio dos padres*, o que conseguiu por cerca de duas dezenas de anos"¹². A clientela preferencial do instituto eram os pobres, que, segundo o artigo 32 do seu estatuto, receberiam gratuitamente livros e demais utensílios para os estudos¹³. Depois de mais de duas décadas de existência, essa instituição de ensino fechou suas portas, exatamente no momento em que, de fato, as iniciativas maçônicas de criação de escolas próprias obtinham seus melhores resultados¹⁴.

¹⁰ A Grande Loja Provincial era, na organização administrativa maçônica, o poder estadual ao qual as lojas se subordinavam.

¹¹ Conforme DIENSTBACH, Carlos. *A maçonaria gaúcha - história da maçonaria e das lojas do Rio Grande do Sul*. Londrina: A Trolha, 1993. v. 4. p. 654-655.

¹² DÖRNTE, Roberto J. A maçonaria em São Leopoldo. In: *Anais do 1º Simpósio de história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1974. p. 144.

¹³ Idem. p. 143.

¹⁴ Na ausência de escolas próprias, a maçonaria orientava os seus filiados a matriculem os filhos em escolas particulares, cujos proprietários, via de regra, eram homens identificados com o anticlericalismo e com as idéias liberais. A garantia de uma linha de ensino cientificista e laica era condição de aprovação maçônica. Entre as escolas preferidas dos maçons, o Instituto Brasileiro, de propriedade de Apolinário Porto Alegre mereceu destaque especial. O Instituto Brasileiro funcionava com regime de internato para meninos e situava-se no Caminho do Meio, à altura das atuais ruas Giordano Bruno e Francisco Ferrer; funcionou de 1875 a 1891. FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs, 1992. p. 332.

O contexto em que se expandiram as iniciativas de criação de escolas maçônicas foi justamente a partir da consolidação do Brasil republicano¹⁵. As transformações significativas, principalmente com a separação Estado/Igreja, confirmaram a vitória dos liberais e defensores da secularização da sociedade. No que concerne à educação e ao ensino, ocorreu a confirmação da sua secularização, cuja vitória parecia vir por meio da eliminação do ensino religioso nos currículos escolares. Frente à situação, a Igreja Católica se posicionou contrariamente à medida; contudo, apesar das pressões, não conseguiu revertê-la antes de 1931.

Essa nova situação não impediu, no entanto, a ação da Igreja no campo educacional; ao contrário, até a incentivou visto que a liberdade religiosa serviu para o fortalecimento das escolas católicas, especialmente as dedicadas ao ensino secundário. A chegada das ordens e congregações religiosas européias, com experiência e recursos para a infra-estrutura inicial, contribuiu decisivamente para o crescimento quantitativo e qualitativo das escolas católicas no Rio Grande do Sul¹⁶.

A partir do final do século XIX, as escolas maçônicas tiveram como principais características a priorização na criação de aulas noturnas, dirigidas às classes trabalhadoras ou populares. Com isso, o setor educacional se ligava à filantropia e, ao mesmo tempo, à tentativa de criar espaços de influência no campo das idéias. A frustração na maior parte dessas iniciativas, isto é, a curta duração de tempo de funcionamento da maioria das escolas, aparece como um fenômeno comum. Das escolas estudadas, a maioria funcionou, em média, apenas de dois a três anos¹⁷.

¹⁵ As proposições maçônicas em relação à necessidade de criação de escolas próprias se estendeu do final do século XIX às primeiras décadas do século XX. Ainda em 1922, o Grande Oriente do Brasil, através do decreto n.º. 513, reafirmava essa necessidade. No artigo 2º, aparece: "Em todos os Orientes onde não houver escolas gratuitas mantidas pelo governo do país, ou por associação leiga de qualquer natureza, as Lojas e os maçons af residentes, são obrigados a suprir essa falta, e a essa missão de preferência dedicar todos os sacrifícios de que forem suscetíveis, coletiva e pessoalmente". No mesmo ano desse decreto, existiam no Brasil 128 escolas em funcionamento. ALBUQUERQUE, Arci Tenório de. *O que é maçoneria*. Rio de Janeiro: Aurora, s/d. p. 180-181.

¹⁶ Ver a relação das escolas católicas fundadas nesse período em: DE BONI, Luís Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sérgio (Org.). *RS: Imigração & Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 246-248.

¹⁷ Foram localizadas as seguintes informações sobre a existência de escolas maçônicas: em Alegrete, a loja Luz e Verdade instalou uma escola pública noturna dirigida por Cassiano de Assis Pacheco (1900) e, em 1913, funcionava a Escola Saldanha Marinho da mesma loja; em Cruz Alta, em 1914, foi fundada uma escola noturna de instrução primária que funcionava no templo, denominada Escola Dr. Cândido Machado, pertencente à loja Harmonia Cruzaltense; na mesma cidade, em 1925, surgiu uma nova escola maçônica com a denominação de Aula Noturna Clemente Pinto; na cidade de D. Pedrito, a primeira notícia é de 22 de abril de 1900, quando foi criada uma Escola de Primeiras Letras e que se transformou em 1908 no Ateneu Maçônico Pedritense, um curso primário e secundário mantido pela loja Cruzeiro do Sul III; em Passo Fundo, a loja Concorórdia do Sul criou uma escola noturna chamada Guilherme Dias, inaugurada em 1903; na cidade de Pelotas, em 1896, foi aprovada a instalação de um curso noturno gratuito, que funcionaria na loja

Em Porto Alegre, apesar das diversas iniciativas, a mais importante parece ter sido a Escola Moderna, fundada em 1916 por um grupo de livre-pensadores e inspirada nos moldes e no método da Escola Moderna de Barcelona, cujo fundador foi o anarquista, professor e maçom Francisco Ferrer. Essa escola, fundada em 1901, em Barcelona, foi pioneira em termos de experiência de educação popular e laica difundindo-se depois para outras cidades da Espanha. No caso da escola de Porto Alegre, a imprensa maçônica informava e propagandeava que ela tinha como pilar o ensino racionalista, recebendo alunos de ambos os sexos.

A “Escola Moderna” é um instituto de ensino que merece o apoio franco e decidido de todos que desejam ver a luz do conhecimento difundida pelas classes menos favorecidas da fortuna e libertada a Instrução das peas do fanatismo e setarismo religiosos.¹⁸

Ao contrário do fracasso da maioria das iniciativas maçônicas, o Ginásio Pelotense, da cidade de Pelotas, foi uma exceção. O educandário maçônico foi fundado em 1902 por iniciativa de três lojas maçônicas de Pelotas, a Rio Branco, a Antunes Ribas e a Lealdade. Sobre a fundação dessa escola, noticiou-se o seguinte:

Se não bastasse tantos outros serviços prestados em prol do desenvolvimento do Rio Grande do Sul, pelo Gr.: Or.: do Estado, para colocá-la em plana honrosa no grande concerto das Potências Maçônicas do Universo, aí está o de ter amparado a

Rio Branco; também em Pelotas, em 1902, foi criado o Ginásio Pelotense; em Pinheiro Machado (ex-Cacimbinhas), em 1919, foi instalado o Colégio Luz e Ordem, pertencente à loja maçônica de mesmo nome e que funcionou até 1920; em Porto Alegre, o Colégio Gangnelli, no final do século XIX; ainda em Porto Alegre, a aula noturna Instrução e Trabalho que, no ano de 1899, contava com 67 alunos matriculados e, em 1915, fechou a Escola Moderna dos Navegantes, a Escola Moderna funcionou de 1916 até pelo menos 1921), em 1927 foi fundado o colégio Luz e Ordem, funcionando na rua Jerônimo Coelho, n. 120 em Porto Alegre, em 1916 funcionava o Colégio São João; na cidade de Santa Vitória do Palmar, foi instalada a Escola Acácia Vitoriense em 1907; em Santiago, em 1901, iniciaram as aulas noturnas dirigida a filhos de maçons na loja Estrela Santiaguense, ainda em Santiago, em 1920, fundada nova escola que recebeu o nome de James Franco; já em São Gabriel houve várias iniciativas, entre elas destacamos: a primeira, em 1907, através do Curso Noturno Rocha Negra, em 1918, com a Escola Noturna Rocha Negra e, em 1927, havia uma escola em funcionamento com o nome de José do Bonifácio; em 1921; em Soledade fundava-se a escola para o sexo masculino através da loja Liberdade e Progresso.

¹⁸ *O Delta*: revista mensal consagrada à Ordem Maçônica. 1917, ano 1, n. 8. p. 123. A escola funcionava na rua Ramiro Barcelos, n.º 17

fundação do Ginásio Pelotense, instituto de ensino leigo, no momento mesmo em que o ensino religioso tudo avassala.¹⁹

Inicialmente, o Ginásio Pelotense atendia ao ensino elementar, médio e secundário, aceitando alunos em regime de internato e externato; em 1916, já funcionava também como instituto de ensino superior. Mantinha, então, uma faculdade de odontologia e farmácia, “que dispõe de um corpo docente dos mais competentes e de excelentes laboratórios, salas de química, etc.”²⁰. O ginásio esteve sob a administração das lojas maçônicas locais até 11 de julho de 1917, quando, por meio de um acordo entre o Grande Oriente do Rio Grande do Sul e o intendente municipal, foram entregues os seus bens, direção e administração ao município.

Com essa decisão, o Ginásio Pelotense foi equiparado ao Colégio D. Pedro II do Rio de Janeiro, único estabelecimento de ensino secundário oficial do país, tendo ficado estabelecido no acordo que a municipalidade garantiria a continuidade do ensino leigo do educandário, condição que possibilitou a concretização do acordo. Além disso, apesar de não aparecer explicitamente, a maçonaria pelotense continuou mantendo uma relativa influência na condução dos destinos do ginásio. A imprensa maçônica noticiava freqüentemente as atividades, comemorações, formaturas, nas quais a presença de importantes maçons merecia sempre especial destaque.

Entre as razões do fracasso da maioria das iniciativas maçônicas na criação de escolas, concorreram certamente as dificuldades financeiras e o reduzido número de alunos nelas matriculados. A efêmera duração, e até mesmo a repercussão das escolas maçônicas junto à sociedade gaúcha, esteve também ligada à pouca atração que essas escolas exerceram, sobretudo no ensino particular. Nesse contexto, o fortalecimento do catolicismo no estado reforçou certamente os mitos negativos em torno da maçonaria e de seus obscuros objetivos, afastando uma clientela que antes estava aberta ao discurso laicizante.

As escolas maçônicas ainda se mantiveram em funcionamento entre as décadas de 1920 e 1930, mas cada vez em número menor. A frustração dessas iniciativas levou a maçonaria a procurar outras alternativas para fazer frente às escolas católicas. Um exemplo nesse sentido ocorreu em Passo Fundo no início da década de 1920. Em 1903 a loja maçônica Concórdia do Sul de Passo Fundo havia fundado uma escola, a Guilherme Dias, que

¹⁹ Gynasio Pelotense. Mensagem apresentada pelo Sob.:Gr.: Mest.: Desembargador James de Oliveira Franco e Souza, 33º a Ass.: Ger.: Leg.: em 21 de março de 1909. Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1909. p. 61.

²⁰ *O Delta*: revista mensal consagrada à Ordem Maçônica. 1916, ano 1, n. 3. p. 6.

esteve em funcionamento por um pequeno período de tempo. No ano de 1920, iniciavam-se na cidade as aulas do Instituto Ginásial, escola pertencente à Igreja Metodista²¹.

Nesse momento se concretizou uma forte aliança entre metodistas e maçons, que durou por muitas décadas. As indicações mais reveladoras da ligação entre metodistas e maçons em Passo Fundo se verificam pela grande presença de dirigentes da maçonaria local compondo o quadro docente da escola, pelo número expressivo de alunos, filhos de famílias maçônicas da cidade e região e, mais importante, pela participação de metodistas na diretoria do Hospital de Caridade de Passo Fundo, fundado em 1914, entidade criada e mantida pela loja maçônica Concórdia do Sul.

Alianças entre maçonaria e religiões protestantes não impediram que a Igreja Católica conquistasse espaços importantes no campo educacional, criando uma rede de escolas fortes e conquistando como clientela parte importante da elite gaúcha. A maçonaria, por sua vez, para garantir espaços e influência, tomou a direção cada vez mais acentuada nas iniciativas voltadas para os segmentos populares, criando escolas que priorizavam a instrução popular através de aulas noturnas para trabalhadores e filhos desses. Apesar de a maioria das iniciativas maçônicas terem sido frustradas, elas tiveram importância como reveladoras do novo jogo político gaúcho, no qual positivismo e catolicismo não foram contraditórios; ao contrário, tinham até muitos pontos em comum.

O fortalecimento do ensino das escolas particulares católicas foi confirmado a partir de 1899, quando o colégio dos jesuítas de São Leopoldo se tornou um ginásio e foi habilitado a fornecer atestados de exame de madureza ou preparatórios. Esse privilégio confirmou o monopólio oficial do ensino secundário no estado. Quanto à maçonaria, apesar das suas iniciativas, a instituição não conseguiu impedir nem se igualar a essa situação, fato a que os próprios dirigentes maçons estiveram atentos.

O fortalecimento do catolicismo via educação era incontestável. Apesar de aparentemente contraditório, a República positivista e a Igreja Católica tinham vários pontos de interseção, sendo que a política educacional foi um deles. Na opinião de Artur Cesar Isaia, pode-se explicar o crescimento do catolicismo no campo educacional durante a República Velha gaúcha tendo por base os aspectos comuns entre castilhismo e catolicismo.

²¹ Em relação ao confronto entre católicos e metodistas na região do Planalto Médio gaúcho ver: MEDEIROS, Márcia Maria. *Cara ou coroa: católicos e metodistas no Planalto Médio gaúcho na metade do século XX*. Porto Alegre, 1999. Dissertação de Mestrado. PUCRS.

A constituição castilhista de 1891 colocava a relação da educação com o Estado nos moldes preconizados por Comte. Este acreditava no Caráter “neuro” do ensino primário e “ideológico no secundário”. Como Comte pregava a abstenção do Estado frente a qualquer ideologia, a Constituição rio-grandense prescrevia que apenas o ensino primário permanecesse nas mãos do Estado, ficando o secundário entregue à iniciativa particular.²²

Segundo o autor, o contexto foi favorável à Igreja Católica, que conseguiu montar uma considerável rede de ensino no Rio Grande do Sul. Os dirigentes maçons estavam conscientes dessa realidade e proclamavam insistentemente que a aliança entre o clero e os poderes públicos deviam ser rechaçada pela sociedade. Em relação ao Rio Grande do Sul, a proximidade entre poderes públicos e o bispo da arquidiocese de Porto Alegre, d. João Becker, assustava a maçonaria.²³

3 – Ensino laico e anticlericalismo: alguns argumentos maçônicos

Frente ao contexto exposto, a maçonaria entendia que o avanço católico no campo educacional era um retrocesso cultural com conseqüências alarmantes; por isso, recrudescou o seu discurso anticlerical, identificando nos padres jesuítas o seu maior inimigo. Sem alterar, na essência, o discurso contra a Igreja Católica que vinha desde o século XIX e que identificava os jesuítas como missionários do ultramontanismo, a instituição maçônica previa os malefícios futuros:

Gerações e gerações infantis tem chegado à adolescência sem outra disciplina para o seu entendimento mais que a emanada da igreja. Acaso não é ela quem ainda dirige as grandes massas dos nossos escolares? O resultado está a vista. O mundo entregou-lhe Plêiades e ela lhe devolve multidões fanáticas ou céticas, ambas

²² ISAIA, Artur Cesar. Catolicismo, regeneração social e castilhismo na República Velha gaúcha. In: *Estudos ibero-americanos*. 1992, v. XVIII, n. 1, p. 9.

²³ Uma das situações divulgadas pela imprensa maçônica sobre essa aliança foi uma denúncia que partia da constatação de que a constituição brasileira não previa nenhum privilégio religioso. Entretanto, quando convém aos governos, ele deu apoio ao clericalismo fazendo concessões à Igreja Católica. “Foi caso do contrato firmado entre Arthur Bernardes e D. João Becker, arcebispo do RS que concedeu franquia telegráfica ao bispo para que ele atuasse politicamente no Estado. *O Delta*: revista consagrada à Ordem Maçônica. 1924, ano 8, n. 8, p. 151

terríveis negações do pensamento em marcha. Apesar disso, o clericalismo continua vencendo.²⁴

Preocupavam os dirigentes maçons as transformações nas práticas sociais católicas de cooptação de importantes segmentos da sociedade. Mas preocupava ainda mais a mudança do discurso católico na entrada do século XX. Para eles, os maçons, tudo não passava de uma estratégia católica enganadora, pois, na essência ela se mantinha a mesma: reacionária e ultramontana. A educação e o ensino seriam componentes dessa nova estratégia católica:

O jesuitismo (palavra que resume para mim toda a religião católica romana quer representada por seus sacerdotes, quer por seus sectários), tendo perdido, mau grado seu, o enorme poderio aparente; não perdeu o oculto. Não podendo mais ir francamente contra o desenvolvimento das ciências, que vieram esclarecer o espírito humano, anulando o inferno, os sete dias da criação do mundo, Josués que paravam sóis, mudou de tática e de armas de combate. Ele usa agora a excomunhão, a educação e a confissão.²⁵

Para contrapor aquilo que seria um discurso mais modernizante da Igreja Católica, os maçons voltaram com muita frequência ao questionamento moral e de comportamento dos jesuítas. Com isso, pretendiam divulgar junto à população a inadequação desses padres como educadores. Exemplar desse tipo de argumento é o que segue:

O jesuíta não tem moral, não tendo família, nem pátria, não pode ensinar e isto porque o professor é quem predispõe o espírito da criança, desde a mais tenra infância, para receber os ensinamentos que devem formar o caráter do homem. Ora, o jesuíta, pelo seu caráter, não pode educar, não pode formar cidadãos, porque suas doutrinas contrariam a verdade, seus ensinamentos são calcados na mentira e o seu fito é exclusivamente o dinheiro, o poder e o predomínio. No RS os jesuítas conseguiram monopolizar a educação, mas já é tempo de refrear o seu crescimento.²⁶

²⁴ *O Delta*: revista mensal consagrada à Ordem Maçônica. 1917, ano 1, n. 9. p. 130-131.

²⁵ Idem. 1921, ano 5, n. 11. p. 258-259.

²⁶ Idem. 1917, ano 1, n. 12. p. 181-182.

Mais graves eram as acusações sobre o comportamento sexual dos padres e freiras de congregações que mantinham educandários. Esse tipo de acusação foi comum em ataques ao clericalismo em diversos momentos e em situações diferenciadas. No nosso caso, interessa aquelas que colocavam em questão o péssimo exemplo dado pelos integrantes da Igreja Católica. Nesse sentido, um fato ocorrido na cidade de Santa Maria merece ser destacado. Segundo uma nota veiculada na imprensa maçônica, “uma freira havia queimado com brasa a língua de uma criança que disse tê-la visto às voltas com um padre em atos pouco religiosos”²⁷.

Em Pelotas, outro fato mereceu destaque: um escandaloso atentado ao pudor ocorrido no Ginásio Gonzaga, quando um padre e professor atentou sexualmente contra um dos seus alunos:

Bestas feras, brutais, sensuais e hipócritas, valem-se do ponto vulnerável que encontram, que é a infância, quando não a própria ignorância dos que os escutam, para dar expansão a sua animalidade. A lição é, porém, edificante: se não recebeu o prêmio material que merecia e que devera ser partir-se-lhe os ossos a pancadas, teve-a, moralmente, sendo obrigado a fugir para um país vizinho.²⁸

A preocupação da maçonaria com o problema do ensino no país e no estado não se limitava exclusivamente ao anticlericalismo, contudo, quando ela tratava de outras questões, inseria quase sempre os malefícios do catolicismo. A imprensa maçônica destinou espaços importantes para denúncias sobre o caos da instrução pública no Brasil e no Rio Grande do Sul. Dessa forma, eram comuns artigos com o seguinte conteúdo:

Num país como o Brasil, faz-se cada vez mais urgente que a instrução pública se torne obrigatória, para dar ao brasileiro proletário, a esperança de crescer e ser alguém. É necessário urgentemente, levar a escola aquelas crianças que estão presas às trevas da ignorância. (...) E os maçons não verão impassíveis, temos certeza, tão desolador estado de coisas. Eles saberão, como souberam sempre que foi mister, dar condigna resposta ao assunto.²⁹

²⁷ *O Delta*: revista consagrada à Ordem Maçônica. 1926, ano 10, n. 8-9. p. 131.

²⁸ *Idem*. p. 135.

²⁹ *O Delta*: revista consagrada à Ordem Maçônica. 1917, ano 2, n. 3. p. 56.

A preocupação dos maçons com o problema do analfabetismo era permanente, sendo frequentes as manifestações e ações da maçonaria e das lojas com o objetivo de contribuir para a solução do problema. Assim, agregar-se ou ter iniciativas contra o analfabetismo aparecem com muita frequência. Na concepção da ordem, “no entanto, não bastam somente o apoio dos poderes públicos, é necessário que a coletividade também aja sem vacilar”.³⁰ Comparando a situação da instrução pública e analfabetismo no Brasil com a escravidão, a maçonaria entendia que os defensores da causa educacional podiam ser considerados os novos abolicionistas, “os inimigos intemeratos do Cativo da Nação, cheios de fé, porque se persistirem, a montanha do analfabetismo também será removida, em breve prazo”.³¹

Apesar dos apelos sistemáticos dos dirigentes maçons para que se tomassem medidas urgentes para o fim do analfabetismo que grassava no Brasil, esses não parecem ter surtido o efeito por eles desejado. Durante os anos vinte, os apelos continuaram, não parecendo que as iniciativas fossem suficientes aos olhos dos líderes maçônicos. As dificuldades financeiras, a pequena adesão da sociedade e a falta de apoio dos setores públicos dificultavam iniciativas de maior porte.

Mesmo assim, os maçons não se davam por vencidos e continuavam denunciando e se mobilizando em campanhas nacionais contra o analfabetismo. Para a maçonaria, a educação seria a responsável por uma possível mudança no quadro sociocultural e econômico brasileiro. As *luzes* e o *progresso* viriam a reboque da elevação no nível de escolaridade da maioria da população.

4 - Considerações finais

A disputa entre o pensamento liberal e cientificista, representado principalmente pela maçonaria e seu anticlericalismo, e o pensamento católico-conservador marcou as últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX. Apesar da simpatia que posicionamentos anticlericais despertavam nos grupos de elite política e intelectual no período, o catolicismo, a princípio frágil organizou-se e fortaleceu-se, tanto que, na virada do século, já se constituía numa instituição mais bem organizada e inserida na sociedade gaúcha.

A questão do ensino e das escolas também foi ponto crucial para a maçonaria, pois era aí que se localizava, na concepção maçônica, o perigo mais forte de influência católica e jesuítica na formação das crianças e da

³⁰ Idem. 1918, ano 2, n. 10. p. 232.

³¹ Idem. 1920, ano 5, n. 6. p.142.

juventude. Assim, ao obscurantismo e atraso próprios da visão de mundo da Igreja Católica dever-se ia se contrapor um modelo educacional moderno, científico, progressista e, sobretudo, laico.

Somente no final do século XIX, quando inúmeras congregações católicas originárias da Europa se instalaram no Rio Grande do Sul, a maçonaria percebeu a crescente influência dessas no sistema educacional, especialmente no ensino particular. Como resposta a essa investida católica nas “mãos dos padres e freiras estrangeiros”, a maçonaria se mobilizou na criação de uma rede de escolas próprias; para tanto, inúmeras escolas foram criadas a partir das lojas maçônicas em diversas cidades gaúchas. A maioria dessas iniciativas foram frustradas, o que já revelava que os espaços de influência da maçonaria diminuam à medida que a Igreja Católica ocupava espaços maiores e que outras formas de associações e representação de grupos, especialmente da elite gaúcha, iam sendo criada e consolidadas.

Por fim, observa a quase-inexistência de estudos que investiguem a história das idéias no Rio Grande do Sul. Trabalhos nesse campo terão que, necessariamente, eleger a educação como objeto importante na explicação de como se construiu um tipo particular de pensamento e de idéias no estado, em consonância com o pensamento em voga no Brasil e no mundo. Como os intelectuais gaúchos, e entre eles os maçons, foram receptadores e divulgadores de determinadas correntes de pensamento é um tema ainda aberto na historiografia regional.

5 - Referências bibliográficas

1 - Fontes primárias

A Acácia - folha maçônica. Porto Alegre (1876-1877).

Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul. Porto Alegre (1895-1904).

O Delta: revista consagrada à Ordem Maçônica. Porto Alegre (1916-1927).

Mensagem apresentada pelo Sob.: Gr.: Mest.: Desembargador James de Oliveira Franco e Souza, 33º a Ass.: Ger.: Leg.: em 21 de março de 1909. Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1909.

2 - Bibliografia

ALBUQUERQUE, Arci Tenório de. *O que é maçonaria*. Rio de Janeiro: Aurora, s/d.

- BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação dos pedreiros-livres brasileiros (1870-1910)*. Niterói. 1992. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. Vida religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985. v. 6. p. 317-337.
- BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). *Rio Grande do Sul: aspectos da cultura*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1994.
- COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- DE BONI, Luís Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sérgio (Org.). *RS: Imigração & Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 234-255.
- DIENSTBACH, Carlos. *A maçonaria gaúcha - história da maçonaria e das lojas do Rio Grande do Sul*. Londrina: A Trolha, 1993. v. 4.
- DÖRNTE, Roberto J. A maçonaria em São Leopoldo. In: *Anais do 1º Simpósio de história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1974. p. 141-157.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs, 1992.
- GIOLO, Jaime. *Lança & grafite: a instrução no RS da primeira escola ao final do Império*. Passo Fundo: Gráfica e Editora da UPF, 1994.
- ISAIA, Artur Cesar. Catolicismo, regeneração social e castilhismo na República Velha gaúcha. *Estudos ibero-americanos*. 1992, v. XVIII. n. 1. p. 5-18.
- MEDEIROS, Márcia Maria. *Cara ou coroa: católicos e metodistas no Planalto Médio gaúcho na metade do século XX*. Porto Alegre, 1999. Dissertação de Mestrado. PUCRS.
- SCHNEIDER, Regina Portella. *A instrução pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs/EST Edições, 1993.